

# A INTERTEXTUALIDADE NO GÊNERO RESENHA<sup>1</sup>

Eliana Maria Severino Donaio Ruiz<sup>2</sup>  
Melissa Bortoloto Faria<sup>3</sup>

*Resumo:* O presente trabalho tem como objetivo investigar, sob a perspectiva teórica da Linguística Textual, como se manifesta o fenômeno da intertextualidade no gênero resenha. Para tanto, delimitaram-se como dados de pesquisa textos empíricos recentes de resenhas publicadas nas esferas acadêmica e jornalística, nos quais buscou-se identificar as marcas das diversas categorias de intertextualidade. Partindo do pressuposto de que a resenha é um texto dialógico que se propõe a apresentar e avaliar outro texto, os resultados obtidos com a análise nos levam a confirmar nossa hipótese de que a intertextualidade no gênero é tecida, sobretudo, por meio da explicitude desse diálogo com textos e autores.  
*Palavras-chave:* Intertextualidade. Gênero Textual. Resenha.

## 1 INTRODUÇÃO

Sem dúvida, a resenha é um dos gêneros textuais mais praticados entre os trabalhos acadêmicos, sobretudo a título de aferição de leitura. Afora o contexto escolar, entretanto, a resenha tem espaço garantido em suportes típicos como jornais e revistas, tanto na esfera jornalística como na acadêmica, ganhando aí grande destaque, não somente por descrever, apresentar e avaliar objetos culturais, mas igualmente por articular, nesse movimento, o diálogo com textos e autores, de modo a permitir questionamentos e reflexões diversas por parte tanto do leitor como do autor resenhado.

Em vista disso, julgamos oportuno realizar uma pesquisa que investigasse a natureza da relação entre o gênero resenha e o fenômeno da intertextualidade na linguagem.

---

<sup>1</sup> Este artigo, elaborado em coautoria, fundamenta-se na monografia “Intertextualidade: um estudo do fenômeno no gênero resenha”, desenvolvida por Melissa Bortoloto Faria e orientada pela Profa. Dra. Eliana Maria Severino Donaio Ruiz, em 2009, no curso de Letras da USF - Universidade São Francisco, Itatiba, SP.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Letras da UNINCOR – Universidade Vale do Rio Verde; pós-doutoranda em Linguística Aplicada pela Unicamp. Email: elianaruiz@terra.com.br.

<sup>3</sup> Licenciada em Letras pela USF – Universidade São Francisco. Email: melissa.cont@hotmail.com.

Embasado nos postulados teóricos da Linguística Textual, nosso trabalho procura, pois, responder à seguinte pergunta de pesquisa: como se manifestam as relações intertextuais no gênero resenha? E, tendo como pressuposto o dialogismo bakhtiniano, incorporado pela Linguística Textual – princípio constitutivo da linguagem, que garante que todo enunciado se constitui como réplica de outros, numa relação de aliança ou confronto, e segundo o qual todo discurso é essencialmente dialógico “tanto pelo fato de que procede *de* alguém como pelo fato de que se dirige *para* alguém” (BAKHTIN, [1977] 1981, p. 113), em outras palavras, a ideia de que a intertextualidade é um dos mais importantes recursos para a construção do sentido de um texto –, hipotetizamos que, no gênero resenha, as relações intertextuais são estabelecidas por meio da utilização, por parte do resenhador, de marcas linguísticas explícitas do diálogo com textos e autores.

Buscaremos, portanto, investigar essa necessária presença do outro naquilo que é dito na resenha, analisando os recursos de intertextualidade que são utilizados em textos empíricos. O *corpus* se constitui de exemplares do gênero das esferas jornalística e acadêmica: resenhas publicadas durante o mês de agosto de 2009, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, e resenhas acadêmicas extraídas de periódicos de Linguística editados no primeiro semestre do mesmo ano.

## 2 VISÃO GERAL DO GÊNERO RESENHA

Quando o tema são os gêneros do discurso, não há como deixar de fazer remissão à clássica definição de Bakhtin ([1979] 1997, p.279), reiterada em diversos trabalhos acadêmicos, de que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.”

Tais formas-padrão relativamente estáveis de estruturação dos enunciados são portadoras de valores de uso determinados por uma dada formação social e são selecionadas pelo agente produtor em função da ação de linguagem que este deseja executar numa situação específica de enunciação e em uma determinada esfera de atividade humana. Como aponta Bronckart (1994), cabe ao agente produtor, numa situação definida, tomar uma série de decisões que levam em conta os objetivos

visados, o lugar social, os papéis dos participantes, e que dizem respeito à escolha não só do gênero mais adequado, mas também da organização sequencial ou linear do conteúdo temático, dos mecanismos de textualização e dos mecanismos enunciativos.

A escolha do gênero configura-se, pois, como uma decisão estratégica por parte do agente produtor, que envolve uma confrontação entre os valores por ele atribuídos aos parâmetros da situação (mundos físico e sociocognitivo) e os usos atribuídos aos gêneros do intertexto – este constituído por uma espécie de reservatório de modelos textuais, ou seja, pelo conjunto de gêneros de texto elaborados por gerações anteriores e que podem ser utilizados numa situação específica, com eventuais transformações (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007).

Nesse sentido, o ato de resenhar é uma ação de linguagem que, ao dar crédito ao trabalho desenvolvido por produtores de textos ou a obras de uma determinada área, visa a uma apresentação crítica de um determinado fato cultural – por exemplo, a publicação de um livro, o lançamento de um CD, DVD, filme ou peça teatral, um show, uma exposição etc. – servindo, dessa forma, como uma bússola ao leitor (FERRAZ, 2007). Por esta razão, a resenha tem espaço privilegiado em esferas específicas de atividade humana, como a acadêmica e a do jornalismo cultural, sendo definida por Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2007, p. 14) como:

um gênero que pode ser chamado por outros nomes, como resenha crítica, e que exige que os textos que a ele pertençam tragam informações centrais sobre os conteúdos e sobre outros aspectos de outro(s) texto(s) lido(s) – como, por exemplo, sobre o seu contexto de produção e recepção, sua organização global, suas relações com outros textos etc., e que, além disso, tragam comentários do resenhista não apenas sobre os conteúdos, mas também sobre todos esses outros aspectos.

Assim, resenhar é uma atividade que exige do produtor conhecimento sobre o assunto, para estabelecer comparações, além de maturidade intelectual, para fazer avaliações e emitir juízos de valor (MEDEIROS, 2000, p. 137).

Veiculada em suportes específicos como jornais e revistas (acadêmicas ou não) e destinada, principalmente, a leitores e pesquisadores que visam, sobretudo, a alargar sua compreensão acerca do objeto cultural resenhado. A resenha é, segundo Oliveira (2007), constituída de dois grandes movimentos textuais, que em geral apresentam-se imbricados: o resumo (ou descrição, apresentação) da obra e a opinião (julgamento de valor) do resenhista acerca desta – sendo que, no que diz respeito à opinião, parece haver, sobretudo no caso das resenhas de cunho acadêmico, um acordo tácito no sentido de um cuidado em se manter a polidez, a fim de se evitar tom agressivo, seja relativamente ao objeto resenhado seja ao seu autor.

Segundo a NBR 6028 (ABNT, 2003), resenha ou recensão é o mesmo que resumo crítico. Já a nomenclatura *resenha crítica*, utilizada por alguns autores, parece-nos redundante, como bem apontam Barros e Nascimento (2008, p. 45), “visto que o teor valorativo é elemento essencial para a composição desse gênero”. Motta-Roth (2002) postula que o gênero resenha envolve um contínuo entre descrição e avaliação, já que textos exemplares do gênero tendem ou para um ou para outro desses extremos. Assim, resenhas mais objetivas podem ser representadas por textos mais descritivos do conteúdo do objeto resenhado, com uma avaliação menos explícita do resenhador; já quando este é um especialista da área e parte de seu conhecimento e de sua experiência profissional para estabelecer a relevância do objeto resenhado, as resenhas podem tender para um extremo avaliativo.

Na academia, esse gênero discursivo é usado para avaliar (elogiar ou criticar) o resultado da produção intelectual em uma área do conhecimento, sob o ponto de vista da ciência naquela disciplina, informada pelo conhecimento produzido anteriormente sobre aquele tema: “por meio da avaliação de novas publicações, o conhecimento na disciplina (as teorias e os autores em voga, o saber partilhado entre os pares, as abordagens adotadas, os valores consagrados) se reorganiza e as relações de poder, de *status* acadêmico se reacomodam” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 27).

Porém, lembram-nos essas autoras, embora a avaliação seja a função que define o gênero resenha, ela não é seu único componente no caso de resenhas acadêmicas: “há uma expectativa quanto à descrição detalhada do conteúdo e da organização do livro” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 44). Logo, este gênero é avaliativo e informativo, ao mesmo tempo, sendo o teor avaliativo um fator que varia entre as disciplinas, uma vez que cada área tem seus próprios critérios de avaliação. No caso da Linguística, por exemplo, parece ser importante, segundo elas, que o resenhador informe o valor do livro para o público-alvo e estabeleça a contribuição do trabalho para inovar a área e responder às expectativas dos leitores. Esse tipo de avaliação é afetada, complementam, pela natureza dos assuntos tratados, o tratamento dos dados e a velocidade com que os programas de pesquisa avançam em cada disciplina.

Pode-se, ainda, acrescentar que o estilo de se fazer resenha na esfera jornalística parece se diferenciar do da esfera acadêmica, sobretudo no que se refere ao diálogo com outros textos e autores. Conforme aponta Silva (2009), resenhas acadêmicas encontradas em revistas e periódicos específicos apresentam, em geral, vozes de outros autores e referências bibliográficas, além de extensões maiores, quando comparadas a resenhas que, diariamente, são publicadas em jornais e revistas para o grande público.

Uma resenha objetiva fundamentalmente responder a questões básicas como: quem é o autor do objeto resenhado, qual é o seu tema, como se compara o texto em resenha com outros trabalhos do mesmo autor e/ou de outros autores e/ou do mesmo assunto e/ou da mesma área.

Certamente, o diálogo instaurado resenhista-leitor-autor não pressupõe acordos. Por essa razão, como aponta Oliveira (2007), espera-se encontrar numa resenha um trabalho de argumentação convincente para persuadir o leitor. Em virtude disso, embora a resenha seja considerada um gênero híbrido em termos tipológicos – já que se configura como um misto de sequências descritivas, de relato e argumentativas, no sentido de Bronckart (1994) e Marcuschi (2002, 2008) –, trata-se de um gênero de tipo predominantemente argumentativo:

resenhar tem tudo a ver com um texto argumentativo, que visa a expressar a opinião de seu autor, supostamente alguém com um referencial de conhecimento capaz de avaliar o que está sob sua visão e possuidor de argumentos que convençam que essa avaliação é correta ou, pelo menos, flua na direção exata (FERRAZ, 2007, p. 63).

De acordo com Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2007), a resenha acadêmica é organizada globalmente em diferentes partes, sendo que, no início, encontram-se informações sobre o contexto e o objeto que está sendo resenhado e, logo depois, os objetivos do produtor. Segundo as autoras, antes de apontar seus comentários, o resenhista precisa fazer uma descrição estrutural do objeto resenhado, que pode ser feita por capítulos ou agrupamento de capítulos (no caso de se tratar de livros); e, após esse procedimento, uma apreciação sobre o mesmo. Conforme pontuam, é muito importante que haja tanto comentários positivos como negativos sobre o objeto resenhado, para que o resenhista possa, de fato, nortear o leitor; e, na sequência, uma conclusão do autor, que deve explicar ou reafirmar sua posição (des)favorável sobre o objeto, recomendando (ou não) sua leitura.

Para Motta-Roth e Hengdes (2010), contudo, tais partes do texto de resenha acadêmica (estágios textuais) são, na realidade, o resultado de quatro grandes movimentos retóricos executados pelo resenhista, que por sua vez se desdobram em estratégias específicas (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010), como as descritas sumariamente abaixo:<sup>4</sup>

- a) Apresentar o livro: informar o tópico geral do livro e/ou definir o público-alvo e/ou dar referências sobre o autor e/ou fazer generalizações e/ou inserir o livro na disciplina;
- b) Descrever o livro: dar uma visão geral da organização do livro e/ou estabelecer o tópico de cada capítulo e/ou citar material extratextual;
- c) Avaliar partes do livro: realçar pontos específicos;

---

<sup>4</sup> “A descrição do gênero nesses termos deve ser tomada como uma constatação de como as pessoas escrevem resenhas em determinado espaço geográfico (resenhas publicadas em periódicos internacionais e em inglês) e temporal (década de 1990), e não uma norma a ser seguida” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 29).

- d) (Não) recomendar o livro: desqualificar / recomendar o livro, ou recomendar o livro apesar das falhas indicadas.

Segundo as autoras, o resenhador pode usar todas essas estratégias conjuntamente ou escolher apenas as que lhe interessar, variando em extensão, de acordo com o quê e o quanto deseja enfatizar em sua análise, ou em frequência, de acordo com as características da obra ou o seu estilo.

Mas, seja como for, a resenha se encerra com uma recomendação final (velada em se tratando de livro resenhado em contexto acadêmico), de tom persuasivo, que ressalta a importância e a atualidade do material resenhado (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). Além disso, frequentemente, ao recomendar a obra, resenhadores aconselham explicitamente o leitor a ler (ou talvez, não ler) o livro, ressaltando o impacto significativo da obra (ou a falta dele) para a disciplina como um todo.

Segundo Barros e Nascimento (2008, p.54), a última parte da resenha acadêmica, destinada a dar um parecer geral sobre a obra resenhada, “nunca traz uma aprovação ou reprovação explícita da obra nos termos de ‘recomenda-se’ ou ‘não se recomenda’”, pois os agentes produtores sofrem coerções sócio-histórico-ideológicas que os levam a agir com certa polidez discursiva, isentando-se de expressar seus posicionamentos valorativos negativamente, bem como de macular a imagem do autor da obra resenhada. Como concluem as autoras, isso mostra como a resenha acadêmica difere de uma resenha de livro escrita para um jornal ou uma revista comercial, pois neste caso ela é produzida por um profissional que pertence a outra esfera social e tem como público-leitor um sujeito neutro nesse jogo discursivo, que não compartilha dos mesmos interesses/conflitos ideológicos daquele que resenha e daquele que é resenhado. Já na resenha acadêmica, um membro da academia que hoje esteja no papel social de resenhador, legitimado a avaliar o trabalho de um “colega” seu, amanhã pode ser o alvo das críticas, o autor de uma obra resenhada, o que deixa claro que, neste domínio discursivo, os interesses se cruzam e, muitas vezes, se chocam.

Esse aspecto é igualmente elucidado por Motta-Roth e Hendges (2010, p. 36), ao especificarem que, ao fazer comentários avaliativos sobre os temas abordados num determinado livro, o resenhador “chama para si o papel de especialista (autoridade) frente ao leitor que, por sua vez, se constitui como membro (aspirante ou especialista) de uma comunidade acadêmica”. O objetivo do autor da resenha acadêmica, portanto, parece ser, segundo essas autoras, demonstrar autoridade dentro da disciplina, enquanto membro capaz de avaliar criticamente uma nova publicação, tendo como pano de fundo a literatura prévia na disciplina e sua habilidade em fazer julgamentos plausíveis e coerentes, fornecendo evidências para tanto.

Quanto à linguagem usada em resenhas, destaca-se o emprego de verbos no presente do indicativo, para descrever a atualidade e a relevância do tema (*A internet é uma das ferramentas que mais se destaca nesse contexto*), para descrever a organização do objeto resenhado, no caso de livro (*A obra divide-se em duas partes*) e para avaliá-lo (*Um das contribuições do livro está em*) (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). A avaliação, em geral, é feita por meio de julgamentos de valor, elogios e críticas, que vêm expressos por adjetivos (*provocativo, belo, instigante, bom*), advérbios (*certamente, realmente, inegavelmente, pretensamente*) e comentários vários sobre a obra (*no trabalho cada tema é discutido com cuidado; o livro esgota-se em si mesmo; bem embasado teoricamente; sob a capa do discurso acadêmico etc.*).

Como lembra Ferraz (2007), além de funcionarem como forma de atualização para muitos estudiosos, as resenhas acadêmicas ajudam na seleção bibliográfica, para a elaboração de trabalhos técnico-científicos, evitando-se, assim, perda de tempo com leituras desnecessárias.

Todavia, o que não se pode negar é que o gênero, tanto na esfera acadêmica como na jornalística cultural, se constitui de grande relevância e, conforme expõe Ferraz (2007), isso só é possível porque a resenha oscila da síntese para a análise e vice-versa, sendo o texto bem-sucedido se equilibrar esses dois aspectos.

Tendo em vista o fato de que, na literatura especializada sobre o gênero resenha pouco se fala a respeito da intertextualidade sob a ótica da Linguística Textual, vamos, a seguir, tratar do conceito sob esse enfoque teórico, para, na sequência, analisar como o fenômeno se manifesta no gênero.

### 3 O FENÔMENO DA INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um tema que tem ocupado o interesse de pesquisadores de distintas perspectivas teóricas. Falar de intertextualidade pressupõe partir de uma concepção de texto, conceito que, segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2007), não é de consenso nem entre as disciplinas teóricas que dele tratam, nem no interior da própria Linguística Textual, em cujo contexto vem se transformando desde a segunda metade dos anos 1960, quando essa disciplina tomou corpo nos estudos linguísticos. Assim, para efeito do presente trabalho, adotaremos o conceito de texto que tem se firmado na Linguística Textual a partir dos anos 1990, quando da adoção do sociocognitivism e do interacionismo bakhtiniano, que prevê cada texto como constituído pela presença do outro, naquilo que dizemos/escrevemos, ou ouvimos/lemos:

o texto como lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais [...] por meio das quais se constroem interativamente os objetos de discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos co-enunciadores [...] construto histórico e social, extremamente complexo e multifacetado (KOCH, 2002, p.9).

Introduzido na década de 1970 pela Teoria Literária, através da crítica francesa Kristeva (1974), e tendo sido estudado sob outros pontos de vista teóricos como a Análise do Discurso e a Linguística Antropológica, o termo *intertextualidade* pode, segundo o dicionário de Trask (2004, *apud* KOCH, BENTES; CAVALCANIE, 2007, p.13) “ser aplicado aos casos célebres em que uma obra literária faz alusão a uma outra obra literária”, não se referindo apenas a textos que remetem diretamente a outros já produzidos e citados, mas a todo o processamento de ordem cognitiva na produção e recepção de sentidos.

Sob esse viés, Koch, Bentes e Cavalcante (2007), que tomaremos como base para as considerações que seguem, postulam a existência de duas grandes categorias de intertextualidade, abordando-a nos termos de um diálogo: a *intertextualidade em sentido amplo (lato sensu)*, constitutiva de

todo e qualquer discurso, e a *intertextualidade em sentido restrito (stricto sensu)*, atestada pela presença de um intertexto, que pode ser repensada em termos da seguinte recategorização: *temática, estilística, explícita, implícita e autotextualidade*.

A *intertextualidade em sentido amplo* é um princípio teórico norteador e uma categoria possível de ser mobilizada para a análise dos processos de produção e recepção de textos. No que se refere à produção, postula-se que o produtor do texto (diferentemente de um caso específico de recepção, como o da análise textual), nem sempre tem consciência sobre o tipo de diálogo entre textos que ele põe em funcionamento, já que não podemos construir um texto sem nos ligarmos a outros previamente enunciados (BAKHTIN, [1977] 1981) – seja pela manipulação de determinados intertextos (textos efetivamente presentes), seja por meio da manipulação de modelos, os gêneros do discurso.

Assim, para falar desse princípio de intertextualidade, diversos autores, sob diferentes perspectivas teóricas, recorrem a designações específicas, que no fundo remetem a um mesmo fenômeno: *mosaico de citações* (KRISTEVA, 1974), *intertexto* (GREIMAS, 1966), *diálogo entre personalidades* (BAKHTIN, [1979] 1997), *resposta direta ou indireta* (PÊCHEUX, 1969), *já-dito* (GRÉSILLON; MAINGUENEAU, 1984), *diferença* (VERÓN, 1980) e *heterogeneidade* (AUTHIER-REVUZ, 2004).

No limite entre a intertextualidade em sentido amplo e a intertextualidade em sentido restrito, estão, segundo as referidas autoras, a intertextualidade (*inter*)*genérica* e a intertextualidade *tipológica*.

A *intertextualidade (inter)genérica* se dá quando o produtor do texto, contando com o conhecimento prévio dos interlocutores a respeito dos gêneros textuais possíveis na nossa sociedade, apresenta, no lugar próprio de determinada prática social, um gênero pertencente a uma outra, com o objetivo de produzir determinados efeitos de sentido. Marcuschi (2002) chamou isso de “configuração híbrida”, ou seja, quando um gênero exerce a função de outro – como ocorre, por exemplo, com o uso de fábulas, contos de fada, cartas etc. em colunas de jornais, funcionando como artigos de opinião, ou como gêneros irônicos ou argumentativos tal como as charges políticas. Nesses casos, a

mobilização de modelos cognitivos de contexto (VAN DIJK, 1983) – responsáveis pela competência metagenérica, que possibilita o reconhecimento das relações intertextuais de semelhança entre textos de um mesmo gênero, no que diz respeito à forma composicional, ao conteúdo temático e ao estilo – é essencial para a detecção, pelo interlocutor, da ironia, da crítica, do humor e, portanto, para a construção de um sentido que se aproxime da proposta do produtor do texto. Caberá a ele fazer esse exercício para descobrir os intertextos nele presentes. Os modelos de contexto são usados para monitorar os eventos comunicativos. Eles representam intenções, propósitos, expectativas, opiniões e outras crenças dos interlocutores sobre a interação em curso, ou sobre o texto que está sendo lido ou escrito, bem como sobre as propriedades do contexto (tais como tempo, lugar, circunstâncias, condições, objetos e outros fatores situacionais) que possam ser relevantes para a realização adequada do discurso. Encerram todo o conhecimento sociointeracional mobilizado nos diversos contextos interacionais, inclusive o conhecimento relativo ao formato, estilo, tipo e conteúdo dos diversos gêneros textuais e sua adequação aos múltiplos tipos de práticas sociais.

A *intertextualidade tipológica*, por sua vez, decorre do fato de se poder reconhecer um conjunto de características comuns entre determinadas sequências ou tipos textuais (narrativos, expositivos, argumentativos etc.), em termos de estruturação, seleção lexical, uso de tempos verbais, advérbios (de tempo, lugar, modo etc.) e outros elementos dêiticos, e assim agrupá-las em uma determinada classe. É pela recorrente representação na memória de tais características que os falantes constroem modelos mentais tipológicos específicos (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981), as superestruturas (VAN DIJK, 1983), que vão lhes permitir reconhecer sequências de diversos tipos. Cada gênero seleciona para a sua constituição uma ou algumas dessas sequências, o que faz com que um conto, por exemplo, apresente, ao lado das sequências narrativas responsáveis pelo enredo, sequências descritivas com apresentação de características de ambientes e personagens e sequências expositivas com apartes do narrador.

A par da intertextualidade em sentido amplo, a *intertextualidade em sentido restrito* ocorre quando em um texto se insere outro texto, anterior e efetivamente produzido, que faz parte da memória discursiva dos interlocutores, e com o qual estabelece algum tipo de relação. Trata-se, pois, de uma retextualização (MARCUSCHI, 2000), que implica uma alteração da força ilocucionária e do efeito perlocucionário do texto de origem. Nessa ótica, diversos tipos de intertextualidade têm sido propostos pelos estudiosos, cada qual com características próprias, entre as quais as principais: intertextualidade temática, intertextualidade estilística, intertextualidade explícita, intertextualidade implícita e autotextualidade.

A *intertextualidade temática* é encontrada entre textos que partilham os mesmos temas, como, por exemplo, as matérias jornalísticas de um mesmo dia ou período, os textos literários de uma mesma escola, os textos acadêmicos de uma mesma área ou corrente do conhecimento, as histórias em quadrinhos de um mesmo autor, as canções de um mesmo compositor, um livro e seu filme, as várias encenações de uma peça de teatro etc.

Já a *intertextualidade estilística* ocorre quando se repetem, imitam, parodiam certos estilos ou variedades linguísticas em um texto, em função de diversos objetivos, como é o caso da reprodução da linguagem bíblica, de jargões profissionais, de dialetos, do estilo de um determinado gênero, autor ou esfera de atividade humana.

Tem-se *intertextualidade explícita* quando no próprio texto se faz menção ao intertexto, ou seja, quando outro texto é citado e atribuído a outro enunciador, reportado como tendo sido dito por outro. É o caso das traduções, citações, referências e menções; ou do recurso ao argumento de autoridade, para dar maior credibilidade ao que se diz; ou das retomadas do texto do parceiro, em situações de interação face a face, para encadear sobre ele, contraditá-lo, ou demonstrar interesse na interação.

A *intertextualidade implícita*, por outro lado, ocorre quando se introduz intertexto alheio no próprio texto sem que haja qualquer menção explícita da fonte, seja com o objetivo de seguir-lhe a orientação argumentativa, com paráfrases mais ou menos próximas do texto fonte – *intertextualidade das semelhanças* (SANT'ANNA, 1985) ou *captação*

(GRÉSILLON; MAINGUENEAU, 1984) –, seja de problematizá-la com enunciados parodísticos e/ou irônicos, apropriações, reformulações de tipo concessivo, inversão de polaridade afirmação/negação, entre outros – *intertextualidade das diferenças*, para Sant’Anna, e *subversão*, para Grésillon e Maingueneau.

No caso da intertextualidade implícita com valor de *captação*, o produtor do texto espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer, durante o processamento textual, a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva. Em casos de plágio, essa recuperação é indesejável por parte do produtor, que espera que o interlocutor não tenha em sua memória o intertexto e sua fonte, ou não venha a proceder à sua ativação, razão pela qual procura camuflá-lo por meio de pequenas operações de ordem linguística, na materialidade linguística do texto, como apagamentos, substituições de termos, alterações de ordem sintática, transposições etc.

Em se tratando de intertextualidade implícita com valor de *subversão*, é vital a descoberta do texto-fonte pelo interlocutor, para a produção do sentido, embora não haja garantia de que isso ocorra – se não ocorrer, estará prejudicada a construção do sentido pretendido. Nesses casos, trata-se de fontes de intertextos que fazem parte da memória coletiva da comunidade falante: trechos de obras literárias, músicas populares, bordões de programas humorísticos, provérbios, ditos populares etc.

Por fim, cabe a categoria de *autotextualidade*, atribuída ao caso de um autor ou compositor inserir em seu texto trechos de outras obras de sua autoria, muito embora haja teóricos que não a reconheçam como sendo intertextualidade, reservando este termo para os casos em que se recorre a intertextos alheios e não próprios. As autoras nas quais nos baseamos não distinguem, contudo, tais categorias.

A noção de *détournement*, formulada por Grésillon e Maingueneau (1984), se ampliada, poderia, segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2007), dar conta de uma grande parte de casos de intertextualidade implícita: consiste em se produzir um enunciado que possui marcas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque de provérbios conhecidos. Seu valor é militante (não meramente lúdico), pois sempre visa a orientar a construção de novos sentidos pelo interlocutor, dando autoridade ao intertexto (captação) ou destituindo-o de tal autoridade

(ironizando-o, contraditando-o, reorientando-lhe o sentido etc.), em nome de interesses das mais diversas ordens (subversão). O *détournement* ocorre por meio de operações linguísticas de várias espécies, como substituição (*Quem espera nunca alcança*), adição (*Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo*), supressão (*Para bom entendedor, meia palavra basta*) ou transposição (*Aja duas vezes antes de pensar*). Sua maior frequência de ocorrência está na publicidade, no humor, na música popular e em charges políticas, e seu valor argumentativo vai depender, também, do contexto e do entorno visual (ilustrações, gráficos), em função do contexto situacional mais amplo em que se insere.

Finalmente, uma pequena palavra sobre as relações entre intertextualidade e *polifonia*, segundo as autoras citadas. Há entre ambas uma relação de inclusão: a polifonia engloba todos os casos de intertextualidade, mas seu espectro é bem mais amplo que o desta, pois a intertextualidade requer a presença de um intertexto. O conceito de polifonia, tal como proposto por Ducrot (1980), a partir de Bakhtin, diz respeito a que se representem, ou encenem, em dado texto, perspectivas ou pontos de vista representados por enunciadores reais ou virtuais diferentes, sem que se trate, necessariamente, de textos efetivamente existentes. A polifonia, portanto, é um fato constante no discurso.

Acreditamos que essa perspectiva adotada por Koch, Bentes e Cavalcante (2007), de compreender a intertextualidade em termos de diálogo, que aqui retomamos a título de fundamentação teórica para a análise que segue, é bastante produtiva, pois, ao mesmo tempo em que explicita as diferenças, revela as semelhanças de pontos de vista.

#### 4 A INTERTEXTUALIDADE NO GÊNERO RESENHA

Para analisar como se configura o fenômeno da intertextualidade no gênero resenha, selecionamos um *corpus* composto por oito textos exemplares do gênero, sendo seis da esfera jornalística (publicados no jornal *Folha de S. Paulo* – Ilustrada, entre 01/08/2009 e 31/08/2009), e dois da esfera acadêmica (periódicos de Linguística publicados no primeiro semestre de 2009). No que se refere ao contexto do jornalismo cultural, foram selecionadas resenhas que tematizavam filmes, livros e músicas (dois textos de cada), a saber:

### Quadro 1 – Textos do *corpus*:

Resenha	Título	Esfera/Tema	Data de publicação
R1	<i>Tom impessoal enfraquece drama "real"</i>	Jornalística/Filme: <i>O Contador de Histórias</i>	02/08/09
R2	<i>Longa fracassa ao querer seguir passos de "Sex and the City"</i>	Jornalística/Filme: <i>Marido por Acaso</i>	07/08/09
R3	<i>"Consolação", novo trabalho da psicanalista Betty Milan, faz paralelo entre perda pessoal e morbidade social</i>	Jornalística/Livro: <i>Consolação</i>	22/08/09
R4	<i>Contos de Sabino são dramas de expressão</i>	Jornalística/Livro: <i>A Boca da Verdade</i>	15/08/09
R5	<i>Carlos Rennó aproxima clássicos americanos à MPB</i>	Jornalística/CD: <i>Nego</i>	19/08/09
R6	<i>Novo disco de Simone faz aquecimento para o futuro</i>	Jornalística/CD: <i>Na Veia</i>	19/08/09
R7	<i>Análise de Discurso Crítica</i>	Acadêmica/Livro: <i>Análise de Discurso Crítica</i>	2009
R8	<i>Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade</i>	Acadêmica/Livro: <i>Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade</i>	Jan./abr. 2009

Fonte: *Corpus da Pesquisa*.

O procedimento de análise adotado foi qualitativo e quantitativo. Assumindo que a intertextualidade em sentido amplo é constitutiva de todo e qualquer discurso, realizamos a leitura desses textos, visando a identificar a ocorrência de marcas das diversas categorias de intertextualidade em sentido restrito (explícita, implícita, temática, estilística e autotextualidade) e os casos especiais de intertextualidade (intergenérica e tipológica) propostos por Koch, Bentes e Cavalcante (2007), conforme especificamos sumariamente abaixo:

Intertextualidade explícita:	citação, referência, alusão, sumarização, tradução
Intertextualidade implícita:	paráfrase, plágio, provérbio, frase feita, bordão
Intertextualidade temática:	retomada de temas (científicos, jornalísticos ou literários)
Intertextualidade estilística:	paródia, imitação
Autotextualidade:	trecho de outro texto do mesmo autor
Intertextualidade intergenérica:	gênero textual exercendo a função de outro
Intertextualidade tipológica:	sequência tipológica outra que não a prevista

A seguir, computamos as ocorrências dessas diferentes marcas e organizamos um quadro comparativo, com base no qual pudéssemos nos pautar para determinar a frequência de uma ou de outra categoria de resenha nos textos analisados relativamente à esfera de atividade e ao tema (no caso das resenhas jornalísticas). Foi identificado um total de 102 marcas de intertextualidade no *corpus*, cujas amostras apresentaremos a seguir, adotando, na recuperação dos excertos dos textos analisados, o recurso gráfico do grifo (negrito) para melhor focalizá-las.

#### 4.1 INTERTEXTUALIDADE EXPLÍCITA

A análise revelou ser a intertextualidade explícita a categoria de maior ocorrência nos dados, pois foram encontradas marcas desse tipo em todos os textos do *corpus*. No total, foram 67 marcas de intertextualidade explícita, sendo 60 por citação e 7 por referência ou alusão a autores e obras, conforme a Tabela 1:

**Tabela 1 – Marcas de intertextualidade explícita em resenhas:**

Intertextualidade Explícita	Resenhas								Total
	Jornalísticas						Acadêmicas		
	Filmes		Livros		Músicas		R7	R8	
	R1	R2	R3	R4	R5	R6			
citações	1	1	1	10	8	8	10	21	<b>60</b>
referências, alusões	1	1	2	1	1	0	1	0	<b>7</b>
resumos, traduções	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>67</b>

**Fonte: Elaboração própria.**

Fato digno de nota é que as resenhas acadêmicas apresentam um número muito maior de marcas de intertextualidade de tipo explícita, comparativamente às resenhas jornalísticas (conforme Tabela 4, ao final desta seção).

Vejamos alguns exemplos.

## Exemplo 1

(R8) *Compreendido como “feito de sentido entre locutores” (PÉCHEUX, 1997), o discurso é o tema do primeiro capítulo da obra, redigido por Eni P. Orlandi. [...] Vogt traça um panorama histórico das duas linhas fundamentais de constituição da semiótica e semiologia, que têm como marco os estudos de Saussure (1977), e do filósofo Charles Sanders Peirce. (DELA-SILVA, 2009).*

A citação e a referência bibliográfica no corpo do texto (*chamada*, segundo a ABNT, 2002) são recursos de argumentação por excelência utilizados em trabalhos acadêmicos de várias ordens. Constituem argumento de autoridade, ou seja, “a palavra de honra, dada por alguém como única prova de uma asserção” (OLBRECHTS-TYTECA E PERELMAN, 2002, p. 347). No caso em tela, o resenhista traz para seu texto o conceito de discurso de Pêcheux, um autor reconhecido na área, e faz referência à obra clássica de Saussure, não só para mostrar conhecimento e se constituir como especialista frente a seus pares, mas para que sua resenha adquira o reconhecimento desejado no contexto da comunidade acadêmica.

Vejamos um exemplo em que, diferentemente do caso anterior, a citação tem outra função na resenha:

## Exemplo 2

(R4) *O livro de contos “A Boca da Verdade” termina com a nota autoral “Uma Palavra”, em que Mário Sabino escreve: “O mundo pode ser divertido e proporcionar momentos de alegria genuína, mas o que faz a boa literatura é a infelicidade. Ela, a infelicidade, é roda do mundo do escritor. Os melhores romances e contos são aqueles em que os protagonistas são movidos por angústia, tormento, sofrimento.” (PINTO, 2009).*

Aqui a citação parece ser o recurso utilizado pelo resenhista para chamar a atenção do leitor para o livro de Sabino, citado pelo autor do texto resenhado, que trata de temas supostamente de interesse geral do público leitor do suporte em que foi publicada a resenha, como a infelicidade, a angústia e o sofrimento, recomendando veladamente sua leitura.

Veja um exemplo de intertextualidade explícita por alusão a autor:

Exemplo 3

(R1) *Quanto à mise-en-scène, além de uma direção de atores precários (Maria de Medeiros está bem entres os atores mal conduzidos), ela consegue perder o momento mais promissor da trama: quando o jovem e ameaçador Cabelinho invade a casa de Margherit. Por um instante parece que teremos uma sequência hitchcockiana. Não. Ela é amorfa como, mais ou menos, todo o conjunto.* (ARAÚJO, 2009).

A alusão a Alfred Hitchcock (1899-1980) – cineasta inglês considerado um dos mais comentados e reverenciados de todos os tempos, conhecido como o senhor do suspense e do mistério – é feita pelo uso da expressão referencial *hitchcockiana*. Levando em consideração o prestígio que o cineasta apresenta até os dias atuais, o resenhista a ele se refere com o propósito de criticar negativamente a qualidade da cena em questão no filme resenhado, por meio de comparação.

Um caso típico de intertextualidade explícita é o que se dá por referência a títulos de textos, como o que segue:

Exemplo 4

(R7) *Afirma-se, além disso, como desdobramento natural de estudos que, na década de 1970, se convencionou chamar de Linguística Crítica, ganhando mais consistência na década de 1990, sobretudo pela obra de Fairclough, como Language and Power (1989). Nesse como noutros textos posteriores, o linguista britânico estuda os efeitos sociais dos textos e suas possíveis interações com as relações assimétricas de poder.* (SILVA, 2009).

Embora em resenhas acadêmicas seja mais comum o recurso a chamadas, em função das normalizações internacionais, Silva prefere se impor estilisticamente, mudando o jeito acadêmico de escrever resenhas, e escolhe fazer a remissão ao texto de *Fairclough* com a apresentação do seu título na íntegra, e não de forma abreviada, como reza a convenção.

Outro caso de intertextualidade explícita por referência a títulos pode ser exemplificado pela sequência abaixo, em que o resenhista faz referência a um livro anterior do mesmo autor do texto resenhado (*O Antinarciso*), a fim de contextualizar a obra resenhada (*A Boca da Verdade*) relativamente ao trabalho desse autor como escritor:

## Exemplo 5

(R4) *A exemplo do seu livro anterior “O Antinarciso” (Record), “A Boca da Verdade” reparte os contos em três seções, “Inexistências”, “Recortes” e “Representações.” (...) Nos três contos de “Representações”, surgem personagens, criam-se enredos como o do cardeal de “O Grande de Impostor” – que se vê eleito papa no momento em que descobre seu ateísmo – ou do advogado de “Demônio com coração de Mármore” – que comete um parricídio simbólico contra o sócio que permitiu sua ascensão social (e cujo mau gosto estético lembra sua origem de novo rico).* (PINTO, 2009).

As referências às seções do livro (*Inexistências, Recortes, Representações*) têm função claramente descritiva, e as relativas a contos anteriormente escritos pelo autor resenhado (*O Grande de Impostor, Demônio com coração de Mármore*), função argumentativa, em que tem lugar a comparação.

Não foram encontrados casos de traduções nos textos analisados. E as ocorrências de resumo não se computaram, em virtude de as termos categorizado como casos de intertextualidade tipológica, conforme explicaremos na seção 4.3.

## 4.2 INTERTEXTUALIDADE IMPLÍCITA

No que tange à intertextualidade implícita, foram encontradas apenas cinco ocorrências nos textos analisados, como mostra a Tabela 2:

**Tabela 2 – Marcas de intertextualidade implícita em resenhas:**

	Resenhas								Total
	Jornalísticas						Acadêmicas		
	Filmes		Livros		Músicas		R7	R8	
R1	R2	R3	R4	R5	R6				
Intertextualidade Implícita									
paráfrases, plágio	0	0	0	0	0	0	3	0	3
provérbios, frases feitas	0	2	0	0	0	0	0	0	2
bordões	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	2	0	0	0	0	1	0	5

Fonte: Elaboração própria.

O mais curioso é que tais casos constituem ocorrências de frases feitas e em uma mesma resenha, parecendo se tratar de uma questão de estilo do resenhista:

Exemplo 6

(R1) *Não é, sejamos francos, questão que se apresente, pois, ainda que seja, o filme nos lança num beco sem saída. [...] Se a ideia de Margherit (isto é, do filme) é demonstrar que as pessoas não são más por natureza, mas agem em grande medida em vista do ambiente social que frequentam, também aí estamos chovendo no molhado: as mentalidades liberais acreditam nisso há um século, as conservadoras jamais acreditaram, haja o que houver.* (ARAÚJO, 2009).

Como se vê, as expressões *beco sem saída* e *chovendo no molhado* têm função fortemente argumentativa, de firmar a opinião desfavorável de Araújo em relação ao filme *O Contador de Histórias* – fraco, segundo ele, por não acrescentar nada de inovador ao tratamento do tema.

Confirmando nossa expectativa de ser uma das marcas de intertextualidade implícita bastante empregada em textos acadêmicos, a paráfrase teve três ocorrências numa única resenha, conforme exemplo a seguir:

Exemplo 7

(R7) *Para chegar a esse modelo, a Análise de Discurso Crítica, segundo as autoras, refuta o conceito saussuriano de parole (excessivamente individualista), bem como teorias que consideram a relação entre língua e sociedade de forma unilateral.* (SILVA, 2009).

Com o objetivo de apresentar a visão de Resende e Ramalho, as autoras resenhadas, acerca da corrente teórica da Análise de Discurso Crítica, Maurício Silva, o resenhista, faz uso de uma paráfrase introduzida pela expressão *segundo as autoras*. Podemos inferir que tal procedimento se deve a um cuidado do resenhista em definir a linha teórica em foco, razão pela qual transfere essa responsabilidade para as referidas autoras, justamente por se tratar de especialistas que se dispuseram a produzir um livro com esse propósito.

Já o caso abaixo diz respeito a uma interpretação do resenhista acerca da referida linha teórica, embora venha sob a capa da expressão *para os adeptos da Análise de Discurso Crítica*:

Exemplo 8

*(R7) Para os adeptos da Análise do discurso de linhagem francesa, apenas o conceito funcionalista da linguagem é aplicável, já que seu interesse volta-se, sobretudo, para a representação exterior do sistema lingüístico; para os adeptos da Análise de Discurso Crítica, contudo, deve-se buscar um equilíbrio entre essa perspectiva e a formalista, não se devendo reduzir a linguagem nem ao papel de ferramenta social, nem à imanência do sistema lingüístico.*

Cabe mencionar que não se encontraram casos de utilização de bordões nos textos do *corpus*, o que não significa que seu emprego esteja interdito em resenhas, o que pede uma investigação mais apurada. Igualmente, não houve ocorrência de plágio, em razão de ser altamente desejável a explicitação da fonte (contrariamente ao que ocorre em casos de plágio), em contextos jornalístico e acadêmico, em prol da construção de uma imagem letrada e culta do resenhista, a serviço das relações de poder aí em jogo, como já apontado por Motta-Roth e Hendsges (2010).

Em relação à intertextualidade temática, não computamos a ocorrência de nenhuma marca específica no *corpus*, por nos parecer que todos os textos podem ser considerados exemplares dessa categoria, haja vista o fato de que, ao fazer a apreciação do objeto resenhado, o produtor acaba, necessariamente, trazendo para a discussão objetos de discurso que pertencem a um mesmo campo temático.

Importa ressaltar também que não foi encontrado nenhum caso de intertextualidade estilística, nem de intertextualidade intergenérica nos textos analisados. Entretanto, não se pode afirmar que tais categorias não sejam típicas do gênero resenha, dado o fato de a análise ter se pautado por um *corpus* relativamente pequeno. Por outro lado, por se tratar de categorias bastante peculiares relativamente a um gênero que se quer argumentativo, pode-se supor que sejam raros tais casos de intertextualidade em resenhas, o que valeria, contudo, confirmar com novos estudos.

Outra observação a ser feita é que não foram identificadas marcas de autotextualidade nos textos analisados. Por ser a resenha um texto que tematiza outro, parece não caberem inserções, por parte do resenhista, de trechos de obras suas. Provavelmente isso tem a ver com a natureza da ação de linguagem mobilizada pelo produtor, que restringe os objetos de discurso em função dos papéis socialmente desempenhados pelos interactantes nas esferas jornalística e acadêmica. Mas essa é uma hipótese que mereceria investigação mais cuidadosa, o que extrapola os limites do presente estudo.

### 4.3 INTERTEXTUALIDADE TIPOLÓGICA

Depois da intertextualidade explícita, a tipológica foi a categoria com maior frequência de ocorrência nos textos do *corpus*, com predominância nas resenhas de caráter acadêmico. Muito provavelmente, isso se deve ao fato já mencionado de, nesses casos, haver uma expectativa de que, ao lado da apreciação do livro, haja também uma apresentação de seu conteúdo.

Desconsideradas as sequências da ordem do argumentar – uma vez que, conforme Ferraz (2007), o gênero já é considerado tipologicamente argumentativo, em virtude da necessidade de o resenhista apresentar argumentos suficientemente convincentes para persuadir o leitor –, nossa análise chegou a um total de 30 ocorrências de marcas de intertextualidade tipológica, sendo 16 de sequências da ordem do expor, 11 de sequências da ordem do relatar e 3 da ordem do descrever (BRONCKART, 1994), como mostra a Tabela 3.

**Tabela 3 – Marcas de intertextualidade tipológica em resenhas:**

Intertextualidade Tipológica	Resenhas								Total
	Jornalísticas						Acadêmicas		
	Filmes		Livros		Músicas		R7	R8	
R1	R2	R3	R4	R5	R6				
sequências expositivas	0	0	0	0	0	0	5	11	16
sequências de relato	3	1	2	1	3	1	0	0	11
sequências descritivas	0	0	0	0	0	1	1	1	03
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>30</b>

**Fonte: Elaboração própria.**

Pudemos perceber que esse tipo de intertextualidade é, normalmente, empregado com o propósito de apresentar o objeto que está sendo resenhado, seja por meio de exposições, relatos ou descrições. É o que ocorre no fragmento abaixo, retirado de uma resenha acadêmica:

Exemplo 9

(R8) Segundo volume da coleção *Introdução às Ciências da Linguagem*, a obra soma-se aos títulos *A palavra e frase e Linguagem, história e conhecimento* com o propósito de oferecer uma introdução aos estudos da linguagem, direcionada aos interessados em geral o tema língua/linguagem (*sic*). Ao reunir artigos de professores e pesquisadores conceituados em áreas de atuação, *Discurso e Textualidade* possibilita conhecer a história dos estudos do texto e do discurso e refletir sobre a situação de suas teorias na atualidade. (DELA-SILVA, 2009).

Levando-se em consideração que o domínio discursivo da ordem do expor caracteriza-se pela apresentação textual de diferentes formas de saber (BRONCKART, 1994), percebemos que, ao empregar as frases em destaque, Dela-Silva, a autora da resenha, tem por objetivo não apenas apresentar o objeto que está sendo resenhado, mas também fazer valer o seu conhecimento de especialista perante a comunidade acadêmica, já que se trata de uma resenha no contexto da esfera do saber institucionalizado.

Vale mencionar que sequências expositivas dessa ordem, em geral, constituem interpretações pessoais do resenhista acerca do objeto resenhado, mas que geralmente incidem (no caso das resenhas acadêmicas) sobre as seguintes funções, conforme já mencionado: informar o tema geral, definir o público-alvo, dar referências sobre o autor, fazer generalizações e/ou inserir o objeto resenhado na disciplina (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010).

O exemplo que segue ilustra um caso de sequência tipológica da ordem do relatar, mais frequente em resenhas jornalísticas, que tratam de enredos de filmes e de livros (6 ocorrências, num total de 11):

## Exemplo 10

(R1) *É a história, no caso, é de Roberto Carlos, um menino que a mãe, por falta de condições e acreditando na propaganda da TV, entrega à Febem mineira para ser criado pelo Estado. [...] Roberto Carlos aos 13 anos já é considerado um caso irrecuperável.* (ARAÚJO, 2009).

O objetivo de Araújo, aqui, é o de apresentar o enredo do filme *Contador de Histórias*. E como sequências dessa ordem se fazem por meio de sumarizações, nos textos analisados não as computamos duplamente como marcas de resumo, conforme preveem Koch, Bentes e Cavalcante (2007), que a associam à categoria de intertextualidade explícita.

A seguir, um exemplo de sequência tipológica descritiva:

## Exemplo 11

(R6) *De suas dez faixas apenas, apenas três são regravações. E mesmo essas escapam do previsível.* (PRETO, 2009).

Com a expressão grifada, Marcus Preto faz uma breve descrição do novo CD de Simone, a fim de que o leitor tenha uma ideia global do mais recente álbum da cantora.

Outro caso interessante de intertextualidade tipológica encontrado nas resenhas acadêmicas do *corpus* é o de sequência descritiva com marcas de intertextualidade explícita por referência a autores, como se pode ver no exemplo 12:

## Exemplo 12

(R8) *Com base na noção de autoria de Foucault e em sua relação com o discurso e os processos de produção de sentidos, proposta por Orlandi (1996), Lagazzi-Rodrigues alinha-se aos estudos discursivos que pensam a autoria como um princípio da unidade textual.* (DELA-SILVA, 2009).

A fim de descrever o capítulo, a resenhista refere-se de forma explícita a autores do campo dos estudos da linguagem, como Foucault e Orlandi, com o objetivo de se impor entre os seus pares especialistas, mostrando que, assim como a autora resenhada, ela também tem conhecimento, sendo mais uma autoridade no assunto.

Por fim, com o objetivo de sintetizar nossa análise, segue o quadro geral do que pudemos perceber acerca da manifestação do fenômeno da intertextualidade no gênero resenha, a partir de nosso *corpus*, representado pelas Tabelas 4a e 4b:

**Tabela 4a – Intertextualidade em sentido estrito no gênero resenha:**

	Resenhas								
	Jornalísticas						Acadêmicas		Total
	Filmes		Livros		Músicas		R7	R8	
R1	R2	R3	R4	R5	R6				
INTERTEXTUALIDADE EM SENTIDO RESTRITO									
Intertextualidade Explícita	2	2	3	11	9	8	11	21	67
Intertextualidade Implícita	0	2	0	0	0	0	3	0	5
Intertextualidade Temática	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Intertextualidade Estilística	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autotextualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	2	4	3	11	9	8	12	21	72

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 4b – Casos especiais de intertextualidade no gênero resenha:**

	Resenhas								
	Jornalísticas						Acadêmicas		Total
	Filmes		Livros		Músicas		R7	R8	
R1	R2	R3	R4	R5	R6				
CASOS ESPECIAIS DE INTERTEXTUALIDADE									
Intertextualidade Intergenérica	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Intertextualidade Tipológica	3	1	2	1	3	2	6	12	30
Subtotal	3	1	2	1	3	2	6	12	30
TOTAL	5	5	5	12	12	10	17	33	102

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível notar, das 102 ocorrências de marcas de intertextualidade encontradas, 71% delas são de intertextualidade em sentido restrito (explícita e implícita) e 29% de intertextualidade tipológica. Isso pode ser explicado em função de dois aspectos que se nos afiguram como altamente relevantes na análise. Foi possível perceber que o recurso de se empregarem marcas de intertextualidade tipológica, fazendo uso de diferentes tipos de sequências, parece estar mais

diretamente relacionado com o objetivo do resenhista de apresentar e/ou contextualizar o objeto resenhado; enquanto que o uso de marcas de intertextualidade explícita, como a citação e a referência a autores e obras, tende a funcionar mais como um recurso de natureza argumentativa, empregado pelo produtor da resenha tanto para impor sua autoridade de especialista, como para convencer o leitor da apreciação final sobre o objeto cultural em questão e, assim, persuadi-lo a se interessar (ou não) pelo mesmo: ler o livro, assistir ao filme ou ouvir o CD.

## 5 CONSIDERAÇÕES (QUE SE QUEREM) FINAIS

É preciso lembrar que a quantidade de marcas de intertextualidade encontradas em cada exemplar do gênero resenha analisado não parece ter relação com a extensão do texto – variável, portanto, desconsiderada em nossa pesquisa. Tal quantidade, cremos, deve estar relacionada muito mais à natureza do objeto resenhado e à leitura que o resenhista dele faz, incluindo aí seu estilo pessoal de fazer resenhas e o contexto sócio-histórico da publicação.

Tendo em vista a discrepância entre o número de marcas de intertextualidade explícita encontradas no *corpus* relativamente às outras categorias do fenômeno, somos levados a crer que a intertextualidade de tipo explícito se configura como uma característica por excelência do gênero resenha, o que vem a confirmar nossa hipótese e, provavelmente também, imaginamos, o senso comum a respeito do gênero.

Certamente, outros dados poderão referendar as conclusões a que chegamos. Porém, uma convicção se afigura firme: a de que muito, ainda, se tem a desvendar quanto ao fenômeno intertextual no gênero resenha. Nesse sentido, acreditamos que as pesquisas que pretendam lidar com essa temática devem ir além dos suportes, área, número de textos e marcas ou formas de expressão aqui considerados, para que não se escondam, por trás da obviedade, aspectos mais complexos da questão; pois como nos sugerem Koch, Bentes e Cavalcante (2007), no que diz respeito à intertextualidade, não devemos nos limitar a examinar a presença do intertexto naquilo que dizemos (escrevemos) ou ouvimos (lemos); precisamos, antes, ter como propósito a compreensão dos efeitos de sentido que tais intertextualidades geram.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6023. Informação e documentação: referências: elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **NBR 6028. Resumos.** Rio de Janeiro, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** Revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2004.
- BAKHTIN, M. (1977). **Marxismo e filosofia da linguagem.** 2. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. (1979). **Estética da criação verbal.** Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, E. M. D.; NASCIMENTO, E. L. O ato de resenhar na e para a academia. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.11, n.1, p.33-57, jan./jun. 2008.
- BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, W. U. **Einführung in die Textlinguistik.** Tübingen: Niemeyer, 1981.
- BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo.** São Paulo: Educ, 1994.
- DUCROT, O. **Les mots du discours.** Paris: Minuit, 1980.
- FERRAZ, G. G. O caminho da boa resenha. In: **Revista Educação**, Ano 11, n. 122, p. 63-64, jun. 2007.
- GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale.** Paris: Larousse, 1966.
- GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Poliphonie, proverbe et détournement. **Langages**, n. 73, p. 112-125, 1984.
- KOCH, I. V. G. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis.** São Paulo: Cortez, 2007.
- KRISTEVA, J. **La révolution du langage poétique.** Paris: Seuil, 1974.
- MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resenha.** 4. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍZIO, A.P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos e resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p.77-116.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

OLIVEIRA, M. M. de. **Plágio na constituição de autoria: análise da produção acadêmica de resenhas e resumos publicados na internet**. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=109058](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=109058)> Acesso em: 12 fev. 2012.

OLBRECHTS-TYTECA, L.; PERELMAN, C. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.

SANT'ANNA, A. R. de. **Paródia, paráfrase e cia**. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, A. V. L. da. **A intertextualidade na produção de resenhas no ensino superior**. 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=131961](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=131961)> Acesso em: 12 fev. 2012.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VAN DIJK, T.A. **La ciencia del texto**. Madrid: Paidós, 1983.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

VERÓN, E. **A produção do sentido**. Tradução: Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1980.

## **REFERÊNCIAS DO *CORPUS*:**

ARAÚJO, I. Tom impessoal enfraquece a vida real. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 02 ago. 2009. Caderno E/Ilustrada, p. 4.

CARLOS, C. S. Longa fracassa ao querer seguir passos de “Sex and the city”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 07 ago. 2009. Caderno E/Ilustrada, p. 7.

ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes, 2006. Resenha de DELA-SILVA, S. C. Resenha de “Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade” [Orlandi, E.P.; Lagazzi-Rodrigues, S. (Orgs.) – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006]. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 9, n. 1, p. 187-191, jan./abr. 2009.

PINTO, M. da C. “Consolação”: novo romance da psicanalista Betty Milan faz paralelo entre perda pessoal e morbidade social. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 ago. 2009. Caderno E/ Ilustrada, p. 4.

\_\_\_\_\_. Contos de Sabino são dramas de expressão. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 ago. 2009. Caderno E/Ilustrada, p. 8.

PRETO, M. Carlos Rennó aproxima clássicos americanos à MPB. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 ago. 2009. Caderno E/ Ilustrada, p. 6.

\_\_\_\_\_. Novo disco de Simone faz aquecimento para o futuro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 ago. 2009. Caderno E/ Ilustrada, p. 6.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006. Resenha de SILVA, M. *Análise de Discurso Crítica*. In: **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, 241-242, 2009.

*Recebido em: 08/05/11. Aprovado em 23/02/12.*

*Title: Intertextuality in the review genre*

*Authors: Eliana Maria Severino Donoio Ruiz; Melissa Bortoloto Faria*

*Abstract: This study aims to investigate how the phenomenon of intertextuality manifests itself in the review genre, from the theoretical perspective of Textual Linguistics. To do so, we delimited data from recent empirical research texts of reviews published in the academic and journalistic spheres, in which we sought to identify the brands of various categories of intertextuality. Assuming that the review is a dialogic text that purports to present and evaluate another text, the results obtained from the analysis lead us to confirm our hypothesis that intertextuality in this genre is mainly woven through the explicitness of the dialogue with texts and authors.*

*Keywords: Intertextuality. Textual Genre. Review.*

*Título: La intertextualidad en el género reseña*

*Autores: Eliana Maria Severino Donoio Ruiz; Melissa Bortoloto Faria*

*Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo investigar, bajo la perspectiva teórica de la Lingüística Textual, como se manifiesta el fenómeno de la intertextualidad en el género reseña. Para tanto, se delimitaron como datos de pesquisa textos empíricos recientes de reseñas publicadas en las esferas académica y periodística, en los cuales se buscó identificar las marcas de las diversas categorías de intertextualidad. Partiendo del supuesto de que la reseña es un texto dialógico que se propone a presentar y evaluar otro texto, los resultados obtenidos con el análisis nos llevan a confirmar nuestra hipótesis de que la intertextualidad en el género es tejida, sobre todo, por medio de la explicitud de ese diálogo con textos y autores.*

*Palabras-clave: Intertextualidad. Género Textual. Reseña.*